



**ATA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA
PORTO ORGANIZADO DE SANTANA**

Data: 09.06.2005

Horário: 15:30 horas

Local: Sala de reuniões prédio do Escritório Central da Companhia Docas de Santana

1. Expediente

1. 1- Assinatura da lista de presença dos membros do CAP

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante da ata compareceram: Wilson do Egito Coelho Filho, Ivanci Magno de Oliveira, José Adeílton Barbosa Leite, Mauro Carlos Ferreira de Magalhães, João Batista Alves Bezerra, Valdecírio Cordeiro Marques, Jarbas Gomes Pereira, Claudivaldo Soares Uchoa, Edilson Barros dos Santos, Edyr Campos Pacheco, e os convidados Sérgio Ventura da Paixão, Rosemary Fabião de Araújo, Deputado Jorge Amanajás (Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá), Deputado Eider Pena, Deputado Jaci Amanajás, Prefeito de Santana Antônio Nogueira de Souza, Vereador Luiz Melo, Odair José Barbosa de Freitas (Chefe de Gabinete da P.M.S.), Dorival da Costa dos Santos (Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação) e Aziel Araújo (Secretário Municipal de Comunicação).

1. 2- Ausências Justificadas

Foram justificadas as ausências dos Conselheiros: Jurandil dos Santos Juarez e Odival Monterrozo Leite.

1. 3- Leitura, Discussão e Votação da ata da 104ª reunião ordinária

O Presidente do CAP deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos. Em seguida colocou em votação a Ata da 104ª reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade.

2. Comunicações

2.1- Comunicação da Presidência

O Presidente do CAP, Wilson do Egito Coelho Filho, comunicou que existe uma entidade denominada Organização Mundial de Transporte Marítimo que instituiu uma série de normas de segurança a serem adotadas nos portos, e a CONPORTOS está visitando os portos brasileiros e fazendo recomendações para que se adotem esses procedimentos. Disse ainda, que a CDSA através do seu Presidente, José Adeílton Barbosa Leite já antecipou algumas dessas recomendações e implantou o sistema de identificação de visitantes, câmeras de segurança e instituição de crachás, sendo provável que ainda este ano cheguem recursos para dar continuidade a essas recomendações.

2.2 – Dos demais Conselheiros

Com a palavra o Presidente da CDSA deu boas vindas a todos os presentes e em seguida comunicou que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, ainda em 2004 enviou uma equipe para fiscalizar o Porto de Santana, em razão da Operação Pororoca que colocou o porto na mídia, tendo despertado na ANTAQ a necessidade de se fazer a primeira inspeção no porto desde que passou a ser administrado pela Companhia Docas de Santana – CDSA. Esta equipe expediu um relatório com 12 páginas que retrata a situação em que a empresa se encontrava na época, destacando adversidades financeiras e os problemas estruturais. O Presidente da CDSA leu sucintamente as conclusões do relatório e as determinações relacionadas, as quais são as seguintes: 1º *concluir o processo de regularização dos bens patrimoniais cedidos pela Companhia Docas do Pará – CDP*. Sobre essa questão o Presidente da CDSA disse que houve uma confusão entre os documentos de transferência de patrimônio da CDP para a CDSA. A ANTAQ entende que os bens deveriam ser revertidos à União e esta, por sua vez, transferiria-os para a CDSA. Em resumo, o Termo de Cessão Real a Título Gratuito deverá ser feito; 2º *exigir do usuário*



Mineração Vila Nova Ltda. a apresentação dos documentos necessários a sua pré-qualificação como Operador Portuário. Sobre esse item o Presidente da CDSA nomeou uma comissão permanente de Pré-qualificação de Operador Portuário que ficou encarregada de receber todas as empresas ou pessoa física interessadas em ser operadores portuários inclusive a Mineração Vila Nova; 3º regularizar a cessão gratuita de área para instalação da sede administrativa da empresa Mineração Vila Nova. o Presidente da CDSA disse que esta empresa se instalou dentro da área do porto e a CDSA não possui qualquer documento que comprove como isso se deu, então a CDSA notificou a Mineração Vila Nova para, num prazo de 30 dias, apresentar a documentação de posse desse terreno, caso contrário ela terá que pagar taxa de arrendamento pelo uso do terreno; 4º estudar a viabilidade e oportunidade de atendimento das reivindicações dos usuários do porto com destaque para a retirada do bloco de pedra junto ao berço de atracação. O Presidente da CDSA explicou que entre duas colunas do píer 2 existe uma pedra que, quando está sendo feito carregamento de navios, a proa começa a roçá-la. Em análise com técnicos chegou-se a conclusão de que não há necessidade de usar explosivos, talvez com martelo hidráulico, fazendo várias perfurações, seja possível rompê-la e retirá-la daquele local. Medidas neste sentido serão tomadas brevemente; O 5º item diz respeito à contratação de Seguro de Responsabilidade Civil e de Acidentes Pessoais. O Presidente da CDSA disse que enviou correspondência a várias seguradoras que por sua vez mandariam corretores para analisar toda a estrutura do porto e informar o valor das apólices, pois se trata de um seguro complexo; O 6º item se refere às datas limites de recolhimento dos tributos e contribuições, bem como a regularização do pagamento dos tributos em atraso. O Sr. José Adeilton Barbosa Leite comunicou que essa é uma questão superada já que foram sanadas todas as obrigações tributárias e fiscais em atraso; O 7º item diz respeito à situação financeira da CDSA, o Presidente falou que até o dia 31 de dezembro de 2004 era caótica, mas que ao longo dos meses de 2005 essa situação está sendo equacionada; 8º atender às recomendações inerentes às demonstrações financeiras quanto a contabilização do imobilizado, capital social e prejuízos acumulados, bem como no que se refere ao funcionamento da assembleia de acionistas e aos pareceres do CONSAD e do CONFIS. O Presidente disse que encaminhou a assessoria jurídica para análise e formatação da proposta de reformulação da Lei de criação da Companhia Docas de Santana e respectivos estatutos. O último item se refere à agilização das providências necessárias para a execução das obras civis inerentes ao plano de segurança do porto. O Presidente falou que algumas obras estão sendo postergadas em razão da falta de verbas, tendo o mesmo levado reivindicações a alguns setores do Ministério dos Transportes, no sentido de que sejam repassados ao porto recursos para que sejam feitas essas obras.

3. Ordem do dia

3.1- Liberação das áreas de expansão do porto

Tratando do assunto em pauta o Presidente da CDSA, falou que nomeará uma comissão para fazer um levantamento dessas áreas. Mencionou que três empresas ocupam a área em questão, além da área residencial, que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ preservou, e que a comissão se encarregará de saber como essas empresas conseguiram o título de domínio e de quem compraram, e verificar a melhor forma de retomar ou então de cobrar taxa de arrendamento. O presidente salientou que recebeu a visita de um empresário norte-americano que deseja embarcar 2.000m³ a cada 15 dias, e da Companhia Aliança, empresa de navegação de longo curso e cabotagem que deseja embarcar 150 contêineres/mês com areia de cromita. Portanto esses e outros projetos necessitarão de áreas para serem viabilizados e a comissão será designada para fazer um estudo, visando a retomada dessas áreas de forma pacífica e dentro da legalidade.

3.2- O novo PDZ



O Presidente do CAP disse que se essa área não estiver disponível ou juridicamente não for possível obtê-la, ela terá que ser excluída daquelas áreas possíveis de serem utilizadas para o desenvolvimento do porto, sendo no entanto imprescindível manter esse primeiro contato com os empresários que estão ocupando tal área. Disse ainda, que a previsão é que o porto movimente 3 milhões de toneladas, mas para que se possa praticar essa movimentação de carga é preciso aumentar a estrutura de acostagem. Tem-se a perspectiva de construção de um terceiro píer e para tanto é imprescindível que se faça a revisão do PDZ, então convidou os conselheiros a trazerem sugestões para acrescentar a essa revisão que vai expor essas perspectivas de desenvolvimento, até porque o Porto de Santana é a porta de entrada para a Amazônia. Disse também, que os navios que chegam até Manaus têm um custo excessivo, pois navegam com velocidade reduzida no Rio Amazonas, demandando cerca de 11 dias para ir e voltar de Manaus, a um custo de U\$\$ 30.000/dia, ficando 5 ou 6 dias a mais, o que dobra esse valor, pois se navegassem em velocidade normal, essa distância seria percorrida em 5 dias. Dessa forma se o Porto de Santana for transformado em um terminal de contêineres da Amazônia, os navios viriam até o porto, o que geraria mais recursos financeiros para este. O Presidente da CDSA disse que o atual PDZ foi concebido para o porto ser um terminal de contêineres. Portanto se um navio trazer contêineres para este porto, e deste, esses contêineres seguirem de balsa para outros portos da região seria o mais viável. Entretanto o Porto de Santana oferece outras vantagens como escoamento de grãos, manganês, pasta de celulose, cromita, madeira e outros produtos, portanto essa revisão do PDZ precisa contemplar essas perspectivas, daí a preocupação em reaver as áreas ocupadas por terceiros para melhorar a infra-estrutura portuária e melhor atender quem quer investir no Porto mesmo porque este tem condições de alavancar o desenvolvimento do Estado do Amapá.

3.3- Tarifa portuária

O Presidente da CDSA disse que a tarifa vigente no porto é de 1996, em seguida apresentou a tabela comparativa das tarifas do Porto de Santana em relação a outros portos.

TABELA COMPARATIVA DE TARIFAS

ITEM	PORTO	TAB. I	TAB. II	TAB. III
01	Cia. Docas de Santana	0,71	1,05	2,56
02	Porto de Belém	1,47	1,60	2,56
03	Vila do Conde	1,47	-	2,56
04	Porto de Santarém	1,47	1,60	2,56
05	Porto de Itaquí	1,55	-	1,51
06	Porto de Natal	1,53	2,60	2,00
07	Porto de Cabedelo	1,70	-	1,91
08	Porto de Recife	1,93	1,60	2,60
09	Suape	2,59	0,39	1,38
10	Porto de Itajaí	2,95	2,45	2,11
11	Porto de Santos	2,10	4,65	5,76
12	Porto de Vitória	2,95	0,39	2,33
13	Porto de Paranaguá	1,77	1,80	2,45

OBS: TAB I - Infra-Estrutura Aquaviária

TAB II - Instalações de Acostagem

TAB III - Infra-Estrutura Terrestre

Diante destas evidências, o Presidente da CDSA concluiu que o Porto de Santana pratica a menor tarifa do país. Entretanto, esta tarifa não cobre atualmente o custo da prestação de serviço portuário. Algumas ações estão sendo postergadas e novos investimentos abortados



em função desta defasagem tarifária. Portanto se faz necessário um estudo para revisá-la, sem que no entanto o porto venha perder sua vantagem competitiva. Posteriormente submeteremos à apreciação do CAP e da ANTAQ, os resultados deste estudo.

3.4- O incêndio da Belotti

A assessora jurídica da CDSA, Dr^a Keila Michaele Costa Guedes Nascimento, falou que a empilhadeira Belotti saiu do Porto de Santana em 16 de julho de 2004, com autorização do Conselho de Autoridade Portuária, conforme consta na Ata da 96^a Reunião Ordinária do CAP, realizada em 06 de fevereiro de 2004 e da Inspeção da Receita Federal de Santana. A razão da saída atestada nos documentos é a manutenção. Ocorreu o sinistro em 10 de dezembro de 2004, no Porto de Belém, quando a empilhadeira executava operações para a empresa B. F. Fortship. Salientou, que apesar do equipamento ter sido enviado para manutenção, estava sendo utilizado pela B. F. Fortship, como forma de pagamento da manutenção, inclusive com celebração de contrato de locação do equipamento, assinado pelo Sr. Carlos Magno de Souza Corrêa (ex-Coordenador Financeiro e de Orçamento da CDSA). Falou ainda, que o equipamento retornou ao Porto de Santana, em 09 de abril de 2005, pela transportadora Silnave e, que a CDSA designou pela Portaria 11/2005, de 07 de março de 2005, Comissão de Sindicância, constituída pelo Sr. Clóvis de Sousa (Presidente), Sra. Keila Nascimento (Membro) e Sra. Eline dos Santos Melo (Membro), para apurar o sinistro com a empilhadeira Belotti. Ressaltou, que apenas compareceu perante a Comissão para prestar esclarecimentos, o Sr. Carlos Magno de Souza Corrêa, apesar dos demais ex-administradores serem notificados por Aviso de Recebimento – AR, para comparecerem nos dias designados. Tendo a referida Comissão, em 30 de março de 2005, concluído os trabalhos, conforme consta no Relatório Final, no qual há atribuição da responsabilidade pelo sinistro aos ex-dirigentes da CDSA e a B. F. Fortship (PA) Agência Marítima Ltda. Salientou ainda, que concomitantemente a instalação da Comissão de Sindicância da CDSA foi também instalada a da CDP, a fim de apurar a responsabilidade pelo sinistro, estando constante no Auto n.º 06/2005 a conclusão da Sindicância da CDP. Afirmou que a ação para reaver o prejuízo é a de indenização por danos materiais que ora se encontra em processamento na Assessoria Jurídica. Concluiu abordando a Solução n.º 05/2005 – CDP, a qual aprova a conclusão da Comissão consubstanciada no Auto de Sindicância n.º 06/2005; responsabiliza os ex-dirigentes da CDSA pelo sinistro; determina que a DIRAFI apure e valorize os danos causados a CDP; determina que a SECGER proceda encaminhamento de cópia autenticada do Auto de Sindicância à Polícia Federal, para instauração de procedimento criminal, com a finalidade de responsabilizar criminalmente os ex-dirigentes da CDSA; encaminha cópia a ASSJUR a fim de que proponha a Ação de Indenização por Danos Materiais, bem como, proceda a denúncia do Convênio de Delegação n.º 009/2002 e determina o arquivamento do Auto de Sindicância na Secretaria Geral da CDP.

3.5 – A situação financeira do porto

Com a palavra, o Presidente da CDSA apresentou slides que retratavam o Balanço Patrimonial em 31/12/2004 e 31/05/2005. De ambos foram retirados os dados, constantes na tabela abaixo, considerados pelo Presidente mais relevantes.

DADOS DO BALANÇO	*DEZEMBRO/2004	**MAIO/2005
Disponível em banco	846,54	108.878,73
Obrigações Tributárias à pagar	211.891,62	37.786,23
Encargos sociais a pagar	218.573,86	39.225,68
Patrimônio Líquido	(326.435,38)	107.834,26
Resultado do Exercício Corrente	(336.177,30)	434.269,64
Lucro ou prejuízo acumulado	(426.435,38)	7.834,26

* *Dados extraídos do Balanço Patrimonial em 31/12/2004*

***Dados extraídos do Balanço Patrimonial em 31/05/2005*



Do quadro acima se percebe que houve uma reversão do Patrimônio Líquido e do Prejuízo Acumulado apontando um pequeno lucro de 7.834,26 (sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos). Mesmo com este resultado promissor, o Presidente enfatizou que não negligenciou ações preventivas para melhorias do desempenho operacional. Foram feitos manutenção em todos os equipamentos inclusive na balança, há dois anos parada; renovado todos os extintores de incêndio; instalado uma central telefônica; fardamento novo para a guarda e equipamentos de segurança para a equipe operacional; construção e mobília da sala de recepção e da sala da assessoria jurídica; implantação de intranet; aquisição de impressora multifuncional; aumento de 66% no piso salarial dos funcionários mais abono alimentação de R\$ 150.00; confecção da mídia impressa e em meio magnético para divulgação do porto; pagamento de todos os tributos de 2005 em dia e também de 75% da dívida tributária herdada; fornecimento de refeição aos plantonistas e contribuição à comunidade com ações sociais. O Conselheiro Ivanci Magno de Souza parabenizou a atual administração do porto e finalizou dizendo que “quando se trabalha com seriedade e valorizando o bem público as coisas acontecem e são valorizadas”.

3.6 – Apresentação da mídia impressa e em meio magnético do Porto de Santana

O Presidente da CDSA apresentou o cartaz, o banner, o folder e o CD institucional que mostra as potencialidades do porto, a posição geográfica estratégica, seus equipamentos e suas vantagens competitivas. Com a palavra o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Jorge Amanajás cumprimentou a todos os presentes e disse que o Porto de Santana possui grande potencial para exportação agrícola do norte e centro-oeste do Estado de Mato-Grosso, se reportando a viagem feita aquele Estado juntamente com o Presidente José Adeilton Barbosa Leite, onde foi discutida a exportação de parte da soja produzida naquele Estado pelo Porto de Santana e futuramente os grãos produzidos no Estado do Amapá. Disse ainda que o Porto de Santana é o ponto de partida para que o Município de Santana se desenvolva. O Prefeito de Santana Antônio Nogueira de Souza saudou a todos, demonstrou sua satisfação em participar do lançamento da mídia do porto e falou que houve um avanço extraordinário do que foi previsto ainda no período de transição, pois a previsão para se equilibrar os débitos da CDSA era de dois anos e depois foi dado o prazo de um ano para se restabelecer a Companhia, tendo a atual gestão superado essa previsão em menos tempo. O Prefeito parabenizou o Presidente José Adeilton Barbosa Leite e concluiu dizendo que **“o desenvolvimento do Estado do Amapá passa pelo Porto de Santana”**.

4. Fixação da data da próxima reunião.

O Presidente do CAP agendou a próxima reunião para o dia 04 de agosto de 2005, na sala de reuniões do escritório da Companhia Docas de Santana.

5. Assuntos Gerais

5.1- O que ocorrer

O Presidente do CAP deu por encerrada a 105ª Reunião do Conselho de Autoridade Portuária. Nada mais a tratar, eu Fransuily Chagas Barbosa, lavrei a presente ata que após lida e achada será assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelos demais Conselheiros.

Wilson do Egito Coelho Filho
Presidente do CAP

Fransuily Chagas Barbosa
Secretária do CAP